

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESPÍRITO SANTO
SUBSECRETARIA DO TESOIRO ESTADUAL

Resultado do **Tesouro Estadual**

**Exercício Financeiro
de 2013**



Vitória, Janeiro/2014



SECRETÁRIO DE ESTADO FAZENDA

Maurício César Duque

SUBSECRETÁRIA DO TESOURO ESTADUAL

Dineia Silva Barroso

GERENTE DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO

Bruno Pires Dias

GERENTE GERAL DE FINANÇAS DO ESTADO

Ricardo Silva Volkers

GERENTE DE POLÍTICA FISCAL E DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO

Marco Antonio Rocha Lima Guilherme

SUBGERENTE DE POLÍTICA FISCAL

Daniel Corrêa

SUBGERENTE DE INFORMAÇÕES FISCAIS E CONTABILIDADE DE CUSTO

Alan Johanson

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Assessoria Técnica Fazendária

Marcos Antonio Bragatto

Pedro de Oliveira

Subgerência de Política Fiscal

Roberto Paula de Freitas Campos

Rudisom Rodrigues de Paula

RESULTADO DO TESOURO ESTADUAL é uma publicação mensal da Subsecretaria do Tesouro Estadual, elaborada pela Assessoria Técnica Fazendária e pela Gerência de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado.



SUMÁRIO

1. Resultado Fiscal do Estado Do Espírito Santo	4
2. Resultado Primário do Estado	4
3. Resultado Orçamentário do Estado	5
4. Resultado Nominal do Estado	5
5. Dívida Pública Contratual	6
6. Análise Orçamentária das Receitas de Operações de Crédito	8
7. Análise do Desempenho da Receita Orçamentária	9
8. Receita de Caixa do Tesouro: Orçada X Realizada.....	13
9. Limites Legais sobre as Receitas.....	13
10. Análise da Execução Orçamentária da Despesa – Recursos de Caixa	14
11. Evolução da Despesa de Pessoal	15
ANEXOS	18
TABELA A1: DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO SEGUNDO A LRF (R\$ MIL).....	19
TABELA A2: DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS (R\$ MIL)	20
TABELA A3: DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – DESPESAS (R\$ MIL)	22
TABELA A4: DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$ MIL)....	23
TABELA A5: DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL SEGUN- DO A LRF (R\$ MIL)	24
TABELA A6: DISTRIBUIÇÃO DE ICMS, IPI, IPVA E ROYALTIES AS PREFEITURAS MUNICIPAIS NO MÊS DE DEZEMBRO/2013 (VALOR BRUTO EM R\$ MIL).....	25
TABELA A7: DISTRIBUIÇÃO DE ICMS, IPI, IPVA E ROYALTIES AS PREF. MUN. CONSOLIDADO DE JANEIRO ATÉ DEZEMBRO DE 2013 (EM R\$ MIL)	26



1. Resultado Fiscal do Estado do Espírito Santo

A presente publicação apresenta três conceitos de resultados mensais das contas de receitas e despesas do Estado, cujas definições e análises são demonstradas em cada um de seus tópicos.

O resultado primário está calculado de acordo com a metodologia da LDO, os resultados orçamentário e nominal são determinados conforme metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal. Logo, esses resultados são derivados de receitas e despesas totais, incluindo as vinculadas e não vinculadas.

2. Resultado Primário do Estado

Tabela 1: Resultado Primário - Conceito LDO (R\$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Até Dez/12	Até Dez/13
RECEITA TOTAL	13.708.508	13.494.651
DEDUÇÕES	1.262.316	1.189.113
Aplicações Financeiras	340.656	276.024
Operações de Crédito	917.323	910.704
Alienação de Bens	4.337	2.385
RECEITA PRIMÁRIA (1)	12.446.193	12.305.538
DESPESA TOTAL	12.352.338	13.721.665
DEDUÇÕES	653.491	494.265
Juros e Encargos da Dívida	157.433	193.216
Amortização da Dívida	496.057	301.049
DESPESA PRIMÁRIA (2)	11.698.847	13.227.401
RESULTADO PRIMÁRIO (1 - 2)	747.345	-921.863

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: GEPOF/SEFAZ

O Resultado Primário é o produto das receitas primárias, ou não financeiras, menos as despesas não financeiras. Quando positivo, denomina-se de superávit primário, quando negativo, de déficit primário.

O superávit primário pode ser entendido como uma fonte de recursos para pagamento da dívida pública. Em 2013, conforme Tabela 1, no conceito da LDO, o Estado obteve déficit primário de R\$ 921,9 milhões, em contraponto ao

superávit de R\$ 747,3 milhões verificado ao final do exercício anterior.

A metodologia do cálculo do resultado primário no conceito da LDO consiste em deduzir-se da receita total, as receitas de rendimentos financeiros, operações de crédito e alienação de bens, e da despesa total liquidada, deduz-se o pagamento de juros e encargos e as amortizações da dívida.

O Tesouro Estadual destaca que o Estado tem aumentado significativamente os investimentos públicos a partir da contratação de operações de crédito, que não aumentam o montante da receita primária total, ao passo que a realização dos investimentos é integralmente considerada no cômputo da despesa primária total. Desta forma, observamos um viés negativo sobre o resultado primário, uma vez que há elevação da despesa primária total e neutralidade da receita primária total (pois as receitas de operação de crédito não elevam as receitas primárias), ocasionando, conseqüentemente, a diminuição do resultado primário. Ademais, salientamos que a queda do resultado primário também está associada à menor arrecadação do ICMS Fundap, devido à redução da alíquota adotada a partir de 2013.

Em 2013, o Estado apresentou déficit primário **R\$ 921,9 milhões.**



3. Resultado Orçamentário do Estado

O balanço orçamentário apresenta a receita orçamentária total realizada em contrapartida à despesa orçamentária total liquidada, consolidado por todos os poderes e todas as fontes de recursos. Quando o resultado for positivo, denomina-se de superávit orçamentário, quando negativo, de déficit orçamentário.

No exercício de 2013, verifica-se um déficit orçamentário de R\$ 227 milhões, decorrente de receitas orçamentárias de R\$ 13.495 milhões e despesas orçamentárias de R\$ 13.722 milhões (Tabela 2).

Vale ressaltar que no resultado orçamentário de final de exercício são incluídas as despesas inscritas em resto a pagar (não liquidadas), diferentemente do resultados orçamentários parciais durante o exercício. Por conta desse fator, há um grande crescimento na rubrica das despesas no mês de dezembro, em relação ao mês imediatamente anterior, que no exercício corrente importou no valor de R\$ 544 milhões.

Tabela 2: Resultado Orçamentário do Estado R\$

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Dezembro	Jan/Dez
RECEITA ORÇAMENTÁRIA TOTAL	1.220.419	13.494.651
RECEITA	1.021.336	11.884.106
Receita Tributária	549.020	6.248.304
Transferências Correntes	273.694	3.666.160
Receita de Capital	101.401	1.015.425
Demais Receitas	97.221	954.217
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	199.083	1.610.545
Receita de Contribuições	197.336	1.593.131
Demais Receitas	1.747	17.414
DESPESA ORÇAMENTÁRIA TOTAL¹	1.670.486	13.721.666
DESPESA	1.495.311	12.106.631
Pessoal e Encargos sociais	665.366	5.889.582
Juros e Encargos da Dívida	26.887	193.216
Outras Despesas Correntes	423.787	3.177.065
Investimentos	226.208	1.414.938
Inversões Financeiras	132.121	1.354.901
Amortização da Dívida	20.942	76.929
DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	175.174	1.615.035
Pessoal e Encargos Sociais	172.543	1.594.751
Outras Despesas Correntes	2.631	22.349
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - LRF	-450.066	-227.015

Fonte: GECCOG/SEFAZ
Elaboração: GEPOF/SEFAZ
¹ Despesa Liquidada

O Resultado Orçamentário atingiu déficit de **R\$ 227 milhões** em 2013, segundo a metodologia da LRF.

4. Resultado Nominal do Estado

O resultado nominal visa medir a evolução da dívida fiscal líquida, que é determinada pela dívida consolidada menos a disponibilidade e haveres financeiros do Estado. Diferentemente do resultado primário, o resultado nominal considera os juros e o principal da dívida, e todas as despesas financeiras.

No exercício financeiro em curso, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida na posição do último mês em análise e o saldo na posição do fim do ano anterior. Quando o resultado for positivo verifica-se um aumento da dívida e, quando negativo, uma redução da dívida.

Tabela 3: Resultado Nominal do Estado R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2013
DÍVIDA CONSOLIDADA	5.095.951	5.679.046
Dívida Pública Contratual	4.330.273	4.979.719
Precatórios/Demais dívidas	765.678	699.326
DEDUÇÕES	3.592.967	3.462.311
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.179.072	2.916.204
Demais Haveres Financeiros	613.810	763.464
(-) Restos a Pagar Processados	199.915	217.358
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	1.502.984	2.216.735
PASSIVOS RECONHECIDOS	709.735	468.700
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	793.249	1.748.035
RESULTADO NOMINAL NO PERÍODO	-	954.787

Fonte: GECCOG/SEFAZ
Elaboração: GEPOF/SEFAZ

A Dívida Fiscal Líquida no exercício financeiro de 2013 aumentou em **R\$ 954,8 milhões**.



Nota-se na Tabela 3 que a dívida fiscal líquida aumentou em R\$ 954,8 milhões, passando de R\$ 793,2 milhões em 31/12/2012 para R\$ 1.748 milhões em 31/12/2013, principalmente em decorrência do aumento da dívida contratual da ordem de R\$ 650 milhões e da diminuição de R\$ 263 milhões no saldo da disponibilidade financeira bruta.

5. Dívida Pública Contratual

A seguir, apresenta-se o saldo da dívida pública contratual do Estado, cujo acompanhamento é de fundamental importância, visto que a gestão responsável dos recursos financeiros implica, necessariamente, na solvência do ente público em questão.

A discriminação da dívida pública do Estado, apresentada na Tabela 4, revela que o estoque da dívida em 31/12/2013 foi de R\$ 4.979,7 milhões. Comparativamente, houve um aumento de 15% do estoque da dívida em relação à posição de 31/12/2012. O montante da dívida pública contratual do Estado é composto por contratos de operações de crédito internas e externas, parcelamento de dívidas previdenciárias e de refinanciamentos de dívidas com a União, as quais, particularmente, representam o principal componente da dívida.

No período, merece destaque o crescimento de 101,5% do saldo da dívida do Estado junto à Caixa Econômica Federal, BNDES (63,2%) e da dívida externa (35,8%), assim como a queda da dívida dos parcelamentos da administração indireta (-11,1%), INSS e PASEP (-35,7%) e Baneses (-9,9).

É importante frisar que o crescimento da dívida se deu em função do aumento dos investimentos públicos em setores estratégicos para a economia do Estado. Entre eles, podemos citar o PROEDES, Pro Investe e o Programa Transcol IV. São programas de investimentos cujos impactos repercutirão sobre a mobilidade urbana da Grande Vitória, saneamento básico, investimentos nos municípios, entre outras áreas importantes para a economia do Estado.

O recente crescimento da dívida foi pautado pelo firme compromisso do Estado em perpetuar os valores da responsabilidade fiscal e solvência do Estado, além de atender a demandas da sociedade capixaba, incrementando a qualidade de vida da população. Paralelamente, observa-se a redução do saldo de algumas dívidas, notadamente traduzindo o empenho da administração pública em preservar o equilíbrio das finanças estaduais, honrando pontualmente seus compromissos financeiros.



Tabela 4: Dívida Pública Contratual

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA	Saldo em 31/11/2012	Saldo em 31/12/2013	Variação Dez/Nov (%)
Dívida Pública Contratual	4.330.273	4.979.719	15,0
Parcelamento de Dív. da Adm. Indireta	9.943	8.838	-11,1
ISS/INSS/FGTS/RECEITA FEDERAL	9.943	8.838	-11,1
Dívida Contratual Interna - Adm. Direta	3.955.798	4.475.974	13,1
CEF	173.499	349.568	101,5
BNDES	953.321	1.555.571	63,2
União - Refinanciamento	1.960.513	1.955.393	-0,3
Baneses	222.157	200.207	-9,9
Parcelamentos: INSS e PASEP	646.307	415.234	-35,8
Dívida Contratual Externa - Adm. Direta	364.533	494.908	35,8
BID	171.736	287.123	67,2
BIRD	192.796	207.784	7,8

Fonte e Elaboração: GEPOF/SEFAZ

A Dívida Pública Contratual apresentou, em 2013, um aumento nominal de 15% em relação ao saldo de fechamento de 2012.

A tabela 5, abaixo, apresenta os pagamentos de amortizações, juros e encargos da dívida pública, pelo regime de competência. No ano de 2013, o Estado disponibilizou R\$ 493,1 milhões do seu orçamento para pagamento do serviço da dívida. Deste montante, 68% foram destinados ao pagamento dos refinanciamentos existentes, enquanto as operações de crédito, que potencializam investimentos na economia capixaba, representaram 32% .

Tabela 5: Pagamentos da Dívida Realizados - R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA	jan/nov	dezembro	jan/dez
DÍVIDA PÚBLICA CONTRATUAL	445.312	47.842	493.153
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	6.089	409	6.498
INSS/FGTS	6.089	409	6.498
DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA	409.291	46.517	455.809
CEF	20.061	146	20.206
BNDES	84.332	21.138	105.470
União - Refinanciamento	161.771	15.044	176.814
BANESES	41.738	3.912	45.651
Parc. Especial - INSS + PASEP	101.390	6.278	107.668
DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA	29.932	915	30.847
BID	14.197	915	15.112
BIRD	15.735	-	15.735

Fonte e Elaboração: GEPOF/SEFAZ

A título de esclarecimento, informamos que a dívida de PASEP do IPAJM está integralmente incluída nos pagamentos informados na Tabela 5, no entanto, com o objetivo de atender ao entendimento da LRF, o saldo desta dívida não é parte integrante do saldo da dívida consolidada, sendo, portanto, contabilizada especificamente como dívida previdenciária. Conseqüentemente, esta dívida não compõe o saldo da dívida apresentado na Tabela 4.

As demonstrações da dívida de PASEP do IPAJM se encontram no Anexo V do Resultado Resumido da Execução Orçamentária, divulgado bimestralmente pela SEFAZ, no quadro “Dívida Fiscal Líquida Previdenciária”.



6. Análise Orçamentária das Receitas de Operações de Crédito

As receitas de operações de crédito para o ano de 2013 foram orçadas em R\$ 1.595,8 milhões. No acumulado do ano, foram realizadas R\$ 910,7 milhões, o que representa 57% do total orçado.

Do total realizado, destacam-se a entrada efetiva de R\$ 553,5 milhões do PROEDES, R\$ 167,3 milhões do programa **PROINVESTE/FINISA**, R\$ 90,1 milhões do programa **BID - PRES III** e R\$ 80,3 milhões do programa **Transcol IV**.

Tabela 6: Operações de Crédito Realizadas R\$ Mil

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Orçamento	Até Dezembro	(%)
	1.595.804	910.704	57,07%
Operações de Crédito Internas	1.387.760	812.458	58,54%
BNDES - Transcol III	1.000	0	0,00%
BNDES - Transcol IV	120.000	80.284	66,90%
BNDES - Saúde	20.000	4.962	24,81%
CEF - Programas Pró-Moradia	3.000	974	32,45%
BNDES - PMAE Fazendário	10.200	0	0,00%
CEF - Rio Marinho	17.000	0	0,00%
BNDES - BRT GV	150.000	5.460	3,64%
BNDES - PMAE Gestão	11.000	0	0,00%
PROGRAMA Pro Investe	255.560	167.295	65,46%
Programa Estadual de Desenvolvimento St	800.000	553.484	69,19%
Operações de Crédito Externas	208.044	98.246	47,22%
Op. de Crédito Externas para Prog. de Meir	5.600	0	0,00%
BID - PROFAZ	17.000	8.069	47,46%
BID - PRES III	135.444	90.177	66,58%
BID - PRODETUR	10.000	0	0,00%
Projeto de Gestão Integrada de Águas e P.	40.000	0	0,00%

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: GEPOF/SEFAZ

Nas Operações de Crédito realizadas, destaca-se a liberação de **R\$ 553,5 milhões do PROEDES** no ano de 2013.

Após a visita da Missão Técnica da Secretaria do Tesouro Nacional ao Estado, nos dias 18 e 19 junho de 2013, ainda foram incluídas no Programa de Ajuste Fiscal do Estado, as operações relacionadas a seguir, com suas respectivas previsões de liberações financeiras:



Tabela 7: Novas Operações de Crédito incluídas no PAF

R\$ Mil

NOVAS OPERAÇÕES	TOTAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
BIRD - Swap	329.544	-	57.839	69.453	102.214	100.038	-
BNDES - PMAE Gestão	11.000	-	5.000	6.000	-	-	-
BID - PRODETUR	98.089	-	-	15.092	24.331	24.333	34.333
BNDES - Estados II	180.000	-	40.000	80.000	60.000	-	-
BNDES - PMI GV	100.000	-	-	-	-	50.000	50.000
BIRD - Gestão Águas/Paisagens	459.788	-	80.000	90.000	90.000	105.788	94.000
BNDES - Social, Saúde e Educação	162.626	-	-	-	-	67.626	95.000
CAIXA - PAC Prevenção	206.625	300	65.997	71.986	51.344	16.998	-
BID - Estado Presente	113.439	-	-	11.343	17.016	28.360	56.720
BID - Ampliação do Ensino Médio	100.000	-	-	-	-	50.000	50.000
BID - Mobilidade Urbana Polos	105.000	-	-	-	-	50.000	55.000
Total	1.866.110	300	248.836	343.874	344.905	493.142	435.053

Fonte e Elaboração: GEPOF/SEFAZ

Assim, o Tesouro Estadual alerta que mesmo com um nível de realização das receitas de operações de crédito inferior ao montante de previsto, com a referida inclusão, prevê-se o acréscimo de R\$ 1.866 milhões nos próximos orçamentos anuais, além dos R\$ 2.054 milhões de operações de crédito já previstos para os próximos orçamentos, referentes aos projetos em andamento.

7. Análise do Desempenho da Receita Orçamentária

A receita total no ano de 2013 praticamente se manteve estável, em termos nominais, com queda aproximada de 1%. No entanto, em termos reais, houve um decréscimo de 7,0% em relação a igual período de 2012. Especificamente, para análise das receitas que compõem o caixa do Tesouro, faz-se necessário avaliar o comportamento de seus principais itens, quais sejam: ICMS sem Fundap, IPVA, FPE, Cota-Parte IPI, Royalties do Petróleo, IRRF e Rendimentos de Aplicações Financeiras.

Nas tabelas 8 e 9 a seguir, apresentam-se os valores dos principais itens da receita total do Estado e das atividades econômicas do ICMS, comparando as arrecadações de 2013 com as do ano de 2012, e seus respectivos crescimentos reais, isto é, deflacionados pelo IPCA do período, da ordem de 5,91%.

As receitas de IRRF apresentaram crescimento real 7,6% no mês de dezembro relativamente ao mesmo mês do ano anterior. Em 2013, essa rubrica demonstrou um expressivo crescimento de 11%, comparativamente a 2012. Esta receita corresponde ao Imposto de Renda arrecadado na fonte, pelo Estado, na remuneração dos Servidores Públicos Estaduais, de acordo com o art. 157, inciso I, da CF/88.

No acumulado do ano, a **receita total do Estado** manteve-se estável, com recuo de **1%** em relação ao mesmo período do ano passado, em termos nominais.



Tabela 8: Evolução da Receita Total Contabilizada R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	dez/12	dez/13	Cresc. Real (%)	Até dez/12	Até dez/13	Cresc. Real (%)
Receita Total	1.968.138	1.220.452	-41,4	13.702.820	13.494.684	-7,0
IRRF	60.897	69.394	7,6	414.530	487.209	11,0
IPVA	5.595	5.527	-6,7	380.769	382.187	-5,2
ICMS	625.176	668.176	0,9	6.986.329	7.716.044	4,3
ICMS FUNDAP	174.240	72.042	-61,0	2.074.395	889.877	-59,5
Cota-Parte FPE	94.105	95.874	-3,8	929.334	999.453	1,5
Cota-Parte IPI	25.764	25.824	-5,4	259.402	252.024	-8,3
Royalties	28.350	64.136	113,6	266.783	475.697	68,4
Participação Especial	0	0	-	974.169	825.668	-20,0
FUNDEB	72.401	80.457	4,9	788.720	855.938	2,5
Operações de Crédito	854.561	96.696	-89,3	917.323	910.704	-6,3
Leilão FUNDAP	11.160	4.560	-61,4	140.720	71.710	-51,9
Outras Receitas	195.725	202.035	-2,5	2.231.771	2.267.375	-4,1
Receitas Intra-Orçamentárias	177.777	199.116	5,8	1.421.865	1.610.577	7,0
Deduções - municípios	-224.770	-209.709	-11,9	-2.672.603	-2.574.511	-9,0
Deduções - FUNDEB	-132.841	-153.676	9,2	-1.411.526	-1.675.267	12,1

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: GEPOF/SEFAZ

No acumulado do ano, a **receita de ICMS** apresentou crescimento real de **4,3%**, em relação ao ano passado.

Já o IPVA apresentou uma queda real de 5,2% no exercício financeiro de 2013, comparado ao exercício anterior. Essa queda, em termos reais, é explicada, em grande parte, pela queda de 8,6% no total de carros vendidos no varejo dentro do Estado no acumulado do ano, passando de 119,1 mil para 108,9 mil veículos em 2013, de acordo com dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE).

Quanto às transferências constitucionais, constata-se uma variação real negativa de 8,3% da Cota-Parte do IPI e positiva do FPE, no percentual de 1,5%. A queda da arrecadação acumulada da Cota-Parte do IPI se deve aos efeitos concretos do Decreto n.º 7.971 de 28/03/2013, que reverteu o decreto anterior, de janeiro de 2013, que previa a majoração de alíquotas de IPI para uma diversificada pauta de produtos industrializados.

QUADRO 1 - Composição do FPE em Mil R\$				
	2.012	2.013	Diferença	Δ%
Parcela IPI	136.802	144.070	7.269	5,3%
Parcela IR	792.532	855.383	62.850	7,9%
Total	929.334	999.453	70.119	7,5%

Como pode ser observado no quadro 1, a elevação nominal de 7,9% da parcela do Imposto de Renda (IR), de R\$ 792,5 milhões em 2012 para R\$ 855,3 milhões em 2013, e também o crescimento de 5,3% na parcela do IPI, contribuíram para o crescimento nominal positivo da Cota-Parte do FPE de 7,5% no ano de 2013 em relação ano de 2012.

Adicionalmente, as receitas de Royalties totalizaram R\$ 475 milhões até dezembro, apresentando crescimento real de 68,4% em relação ao exercício anterior, devido ao término do contrato de cessão onerosa dos Royalties.

Ainda, no mês de dezembro, houve a entrada de R\$ 96,7 milhões de recursos de receitas decorrentes de operação de crédito, referentes às operações do PROEDES, BID – Programa Rodoviário III, BNDES Saúde e BID – Profaz. No acumulado de 2013,



as receitas de operação de crédito apresentaram uma queda de 6,3% em relação ao ano anterior.

No entanto, a despeito do crescimento das receitas citadas, nota-se que houve queda real do ICMS Fundap de 59,5% no exercício de 2013 em relação ao exercício de 2012. Esta queda está associada à unificação das alíquotas dos Estados em 4% das operações de comércio de produtos importados, cujo impacto se faz sentir em duas vias: diminuição das importações pelos portos do Espírito Santo, de US\$ 8,7 bilhões no acumulado de 2012, para US\$ 7,4 bilhões em 2013, segundo dados da SECEX, e também por conta da diminuição da alíquota interestadual sobre importados, que passou de 12% para 4%.

Desse modo, nota-se que apesar da diminuição da movimentação das importações pelos portos capixabas no montante aproximado de US\$ 1,3 bilhões, a queda da arrecadação do ICMS-Fundap está alinhada com a queda de 66% da alíquota do comércio interestadual sobre produtos importados. Assim, apreende-se que a queda na movimentação física vem sendo compensada pela desvalorização cambial da moeda nacional do período em tela.

Em relação às categorias de receitas que compõem o ICMS, de acordo com a Tabela 9, a arrecadação do ICMS cresceu, em termos reais, 4,3% no ano de 2013 em relação a 2012.

Tabela 9: Evolução da Receita ICMS R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	dez/12	dez/13	Cresc. Real (%)	Até dez/12	Até dez/13	Cresc. Real (%)
ICMS	625.176	668.176	0,9	6.986.329	7.716.044	4,3
Comércio	136.755	123.956	-14,4	1.531.795	1.468.510	-9,5
Indústria	134.252	145.875	2,6	1.458.783	1.741.672	12,7
Energia Elétrica	75.608	61.452	-23,3	776.739	741.853	-9,8
Comunicação	46.024	48.005	-1,5	562.773	566.524	-5,0
Transportes	17.762	33.941	80,4	229.248	284.229	17,1
Substituição Tributária	143.686	170.838	12,3	1.592.279	1.964.781	16,5
Simplex Nacional	24.902	25.154	-4,6	269.519	294.754	3,3
Comércio Exterior	15.520	39.304	139,1	265.758	373.525	32,7
Diversos	30.667	19.651	-39,5	299.435	280.196	-11,6

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: GEPOF/SEFAZ

Cumpre destacar o bom desempenho acumulado das categorias Comércio Exterior (em que pese sua pequena participação na composição do ICMS como um todo), Transportes e Indústria, com crescimento real de 32,7%, 17,1 e 12,7%, respectivamente. Também, ressalta-se o crescimento real de Substituição Tributária de 16,5%, categoria importante pela crescente expressividade no ano, já se constituindo a principal categoria na composição da arrecadação de ICMS total.

É válido ressaltar que esses resultados da arrecadação foram fortemente influenciados por dois aspectos da demanda local, sejam eles:

- i) o crescimento de 2,2% do índice de volume de vendas total no varejo, no acumulado até novembro de 2013, em relação a igual período do ano anterior, de acordo com dados recentes do IBGE; e

A arrecadação acumulada de **ICMS Indústria** no exercício de 2013 apresentou um crescimento real de **12,7%** em relação ao mesmo período do ano anterior.



ii) a continuidade do aquecimento do mercado de trabalho regional, demonstrado pela evolução do emprego formal do Estado divulgado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED / Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que indica crescimento de 2,5% em 2013 comparativamente a 2012, com saldo de 19,4 mil novas contratações.

Quanto à queda ICMS Energia Elétrica de 9,8% no acumulado do ano em relação ao exercício anterior, explica-se pelos efeitos da redução das tarifas anunciada pela ANEEL no início do ano.

Segundo a ANEEL, a queda na alíquota média está estimada em aproximadamente 20,2%, sendo que para consumidores residenciais prevê-se um desconto mínimo de 18%, e para consumidores de alta tensão, calcula-se que o abatimento que possa chegar a uma margem até 32%.

Em geral, o Tesouro Estadual destaca que, no exercício de 2013, os indicadores econômicos agregados da economia capixaba apresentaram um bom desempenho, no qual, principalmente, os índices de atividade econômica e de emprego formal se mantiveram em patamares crescentes, o que sugere um horizonte fiscal positivo para o curto e médio prazos.

Fundamentalmente, no conjunto das principais **receitas de caixa do Tesouro, houve crescimento de 3,8% no acumulado do ano, em termos nominais**. No entanto, conforme Tabela 10, foi registrada a queda real (descontada a inflação do período) de 2,0% em 2013. Os principais motivadores para essa queda na receita de Caixa do Tesouro foram a **redução de R\$ 150 milhões na Participação Especial de Petróleo** em relação ao ano passado, o adiamento pela União do crédito do FEX, cujo crédito de R\$ 96 milhões se deu somente em janeiro de 2014, a redução de R\$ 98 milhões e de R\$ 70 milhões referente ao ICMS Fundap e ao Leilão FUNDAP, respectivamente, no mesmo período.

Tabela 10: Receita de Caixa do Tesouro Realizada R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	dez/12	dez/13	Cresc. Real (%)	Até dez/12	Até dez/13	Cresc. Real (%)
Total de Caixa do Tesouro	690.106	740.081	1,3	8.570.120	8.896.562	-2,0
IRRF	60.897	69.394	7,6	414.530	487.209	11,0
IPVA	2.797	2.763	-6,7	190.385	191.093	-5,2
ICMS	466.645	498.514	0,9	5.213.591	5.758.744	4,3
ICMS FUNDAP	14.418	5.985	-60,8	172.282	73.930	-59,5
Cota-Parte FPE	94.105	95.874	-3,8	929.334	999.453	1,5
Cota-Parte IPI	19.323	19.368	-5,4	194.552	189.018	-8,3
Royalties	27.499	62.212	113,6	258.779	461.426	68,4
Participação Especial	0	0	-	974.169	825.668	-20,0
FUNDEB	72.401	80.457	4,9	788.720	855.938	2,5
Leilão FUNDAP	11.160	4.560	-61,4	140.720	71.710	-51,9
Outras Receitas	53.701	54.630	-3,9	704.585	635.392	-14,9
Deduções - FUNDEB	-132.841	-153.676	9,2	-1.411.526	-1.653.019	10,6

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: GEPOF/SEFAZ

É válido tecer considerações sobre o ICMS Fundap, o qual é transferido aos municípios do Estado. Do total arrecadado sob essa rubrica, 66,67% retorna ao

No acumulado do ano, as **Receitas de Caixa do Tesouro** apresentaram crescimento nominal de **3,3%**.



contribuinte na forma de concessão de empréstimo e 25% são distribuídos entre os municípios. Assim, verifica-se que essa receita no exercício de 2013, somou R\$ 890 milhões. Logo, foi repassado aos municípios, nesse período, o montante de R\$ 222,5 milhões.

8. Receita de Caixa do Tesouro: Orçada x Realizada

Quanto ao percentual de receita de caixa do Tesouro realizada em comparação à receita de caixa orçada na LOA (Lei Orçamentária Anual) para o exercício financeiro de 2013, verifica-se que a receita de caixa do Tesouro acumulada no ano foi de R\$ 8.896 milhões, equivalente a 102,3% da receita orçada de R\$ 8.697,3 milhões para todo o exercício financeiro (Tabela 11). Ou seja, o percentual de realização das receitas de caixa do Tesouro de 102,3% ultrapassou as expectativas para o exercício de 2013, sinal de um comportamento positivo esperado das receitas do Tesouro Estadual.

Já o percentual de realização da Receita Corrente Líquida (RCL) é de 102,5% da RCL prevista para ano, percentual que igualmente superou as expectativas para o exercício de 2013, fato esse que se traduz em um bom indicador da regularidade fiscal do Estado.

Tabela 11: Receita Prevista x Receita Realizada R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	2013		
	Prevista Inicial	Realizada até Dezembro	% Realizada/Prevista
Receita Corrente Líquida	10.307.000	10.561.113	102,5
Receita de Caixa do Tesouro	8.697.280	8.896.562	102,3

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: GEPOF/SEFAZ

No acumulado de 2013, o percentual de realização das **receitas de caixa do Tesouro-ES** alcançou **102,3%** do que estava previsto para ano.

9. Limites Legais sobre as Receitas

A Tabela 12 apresenta os percentuais de receita realizada e os limites máximos e mínimos que o Estado está obrigado a cumprir no encerramento do exercício financeiro. Dessa forma, verifica-se que no ano de 2013, os indicadores estão abaixo dos limites máximos estabelecidos em relação à receita corrente líquida, tanto para gastos com pessoal, quanto para endividamento público.



Tabela 12: Limites sobre a Receita

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro 2013		2013
	Valores	% Efetivo Limites	Teto
Receita Corrente Líquida:	10.561.113		
Limite Máximo - Pessoal Executivo (até 49%)	4.479.553	42,4	5.179.229
Saldo Devedor da Dívida Consolidada (até 200%)	2.216.735	21,0	21.139.709
Operação de Crédito no Exercício (até 16%)	735.340	7,0	1.691.177

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: GEPOF/SEFAZ

Ressalta-se que, conforme Resolução do Senado Federal, o limite para recebimento anual de operação de crédito é de até 16% da receita corrente líquida do exercício. Logo, o montante desta receita contratado pelo Estado, para fins de apuração do limite, até dezembro de 2013, foi de R\$ 735,4 milhões, perfazendo aproximadamente 7% da RCL prevista para o exercício, o que dimensiona o tamanho do espaço fiscal disponível para recepcionar novas liberações de operações de crédito.

10. Análise da Execução Orçamentária da Despesa – Recursos de Caixa

Nessa sessão, é apresentado um resumo da despesa autorizada, empenhada e liquidada, consolidada por todos os poderes e por grupo de despesas. Neste sentido, serão demonstradas as despesas operacionalizadas a partir de recursos de caixa do Tesouro Estadual.

No exercício fiscal de 2013, o Estado empenhou **R\$ 1.869 milhões** em investimentos e inversões financeiras.

Tabela 13: Despesa - Todos os Poderes - até Dezembro 2013 / Todas as Fontes - R\$ Mil

GRUPO DE DESPESA	Autorizada	Empenhada	Liquidada	% de Liquidação
Pessoal e Encargos	5.836.657	5.590.589	5.587.711	95,7
Dívida Pública	506.497	488.865	488.852	96,5
Outras Desp. Correntes	2.439.617	2.261.875	2.138.807	87,7
Investimentos	813.628	693.887	514.591	63,2
Total	9.596.399	9.035.216	8.729.961	91,0

Fonte: GECOG/SEFAZ

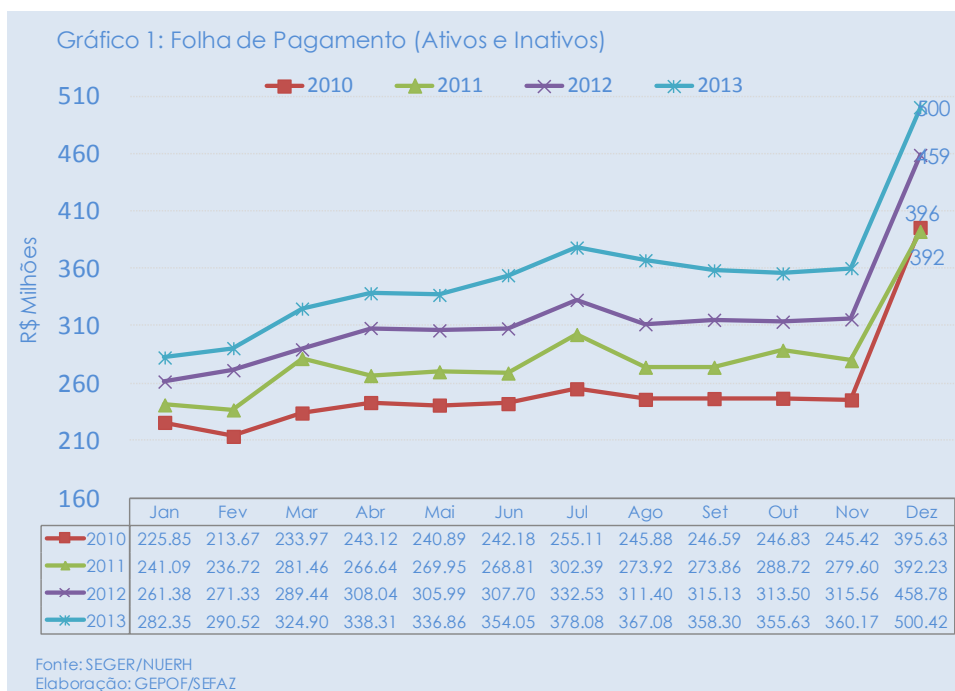
Elaboração: GEPOF/SEFAZ

Analisando-se a tabela 13, que avalia as despesas executadas exclusivamente com recursos de caixa do Tesouro, observa-se que o percentual global de liquidação das despesas foi de 91%, em relação à despesa autorizada. Especificamente, as despesas do serviço da dívida pública e de pessoal e encargos possuem os percentuais de liquidação mais elevados dos grupos de despesas acima destacados, de 96,5% e 95,7%, respectivamente. No grupo de investimentos, do total autorizado de R\$ 813,6 milhões, foram liquidados 63,2%.



11. Evolução da Despesa de Pessoal

Tendo em vista a importância da despesa de pessoal no contexto execução orçamentária de um ente federado, o Gráfico 1 elaborado a partir de dados cedidos pela SEGER, apresenta a evolução mensal da folha de pagamento do Poder Executivo, desde janeiro de 2010 até dezembro de 2013:



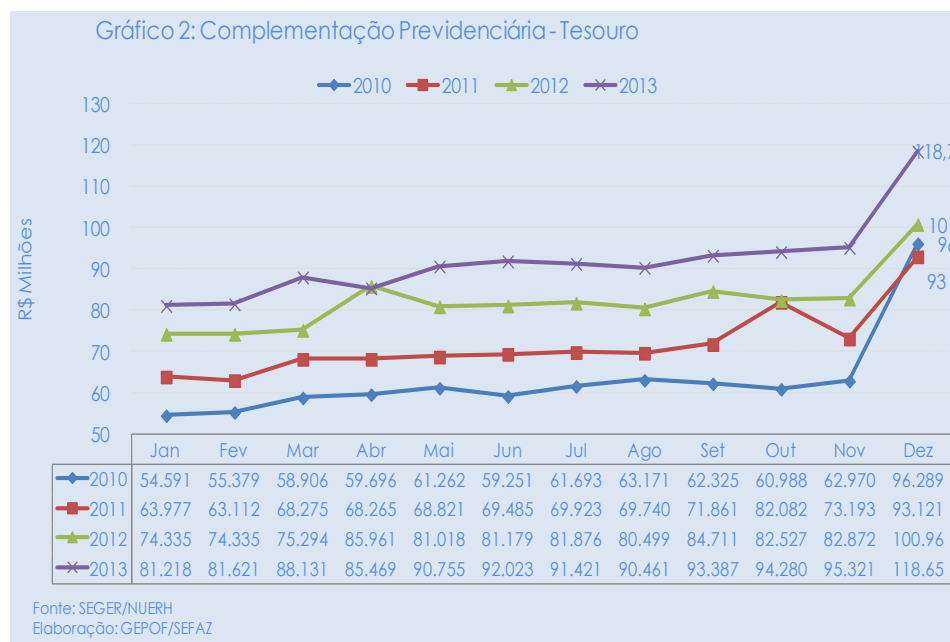
Além do crescimento absoluto do número de servidores, o aumento de 9% na folha foi decorrente do reajuste linear de 4% dado aos servidores em junho de 2013 e do crescimento vegetativo da folha de pagamento sobre o dispêndio total de pessoal do Estado.

O Tesouro chama a atenção para alguns outros eventos ocorridos no ano de 2013 que justificam a elevação da despesa da folha de pessoal de R\$ 3,8 bilhões em 2012 para R\$ 4,3 bilhões em 2013. Em julho de 2013, houve pagamento do Bônus Desempenho aos servidores da SEDU. Em agosto, foram pagas as folhas complementares do mês anterior (folha 39 e folha 43), relativas à incorporação de novos soldados e promoção e progressão na Polícia Civil, além de gastos com novos professores pagos na folha normal de agosto. Já em novembro, houve pagamento de reenquadramento do Magistério (referente ao período de jan/2013 a set/2013 e pagamento da Gratificação Magistério para policiais que fizeram jus).

Finalmente, em dezembro de 2013, houve pagamento de Abono para todos os servidores do Poder Executivo, no valor de R\$ 700,00, aumento no pagamento do 13º salário e do 1/3 de férias (principalmente DT's do Magistério, Saúde e Segurança Pública), além do aumento do INSS patronal.



Já a complementação previdenciária, refere-se ao montante que o Tesouro Estadual destina ao Fundo Financeiro para o pagamento das aposentadorias e pensões, está demonstrada no Gráfico 2. Esse componente da despesa de pessoal merece uma avaliação à parte, visto que sua evolução, desde janeiro de 2010, é superior ao reajuste geral dos servidores, e será assim também para os próximos exercícios, em função do aumento do quantitativo de aposentadorias.



A folha de pagamento sem a complementação, até dezembro de 2013, aumentou 12,1% em termos médios relativamente ao mesmo período de 2012. Do montante de R\$ 500,4 milhões da folha de pagamento do mês de dezembro de 2013, o valor de R\$ 118,6 milhões refere-se à complementação previdenciária (Gráfico 2).

Vale frisar que, ao se aposentar, o servidor passa a pagar menos contribuição ao Fundo Financeiro, já que o desconto incide apenas sobre a parcela de sua remuneração que excede ao teto do regime geral da previdência, o que, conseqüentemente, gera para o Tesouro uma contribuição previdenciária maior a cada mês.

A tabela 14 apresenta a contabilização das despesas de pessoal para fins de aferição do cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF. Percebe-se que no acumulado do ano, o limite relativo aos gastos com pessoal foi atendidos (42,4% da RCL).



Tabela 14: Despesa Liquidada com Pessoal – Poder Executivo

PERÍODO	RCL Total (R\$ Mil)	Despesa de Pessoal (R\$ Mil)	% Efetivo
Jan/2013 a Dez/2013	10.561.113	4.479.553	42,4
Limite Máximo da RCL %		49,0	
Máximo Prudencial da RCL		46,5	

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: GEPOF/SEFAZ

Importante destacar que ambos os resultados estão abaixo do limite máximo de comprometimento da RCL de 49,0% e também do limite prudencial, de 46,5%.



ANEXOS

TABELA A1: DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO SEGUNDO A LRF

TABELA A2: DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS

TABELA A3: DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – DESPESAS

TABELA A4: DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

TABELA A5: DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL SEGUNDO A LRF

TABELA A6: DISTRIBUIÇÃO DE ICMS, IPI, IPVA E ROYALTIES AS PREFEITURAS MUNICIPAIS NO MÊS DE DEZEMBRO/2013 (VALOR BRUTO)

TABELA A7: DISTRIBUIÇÃO DE ICMS, IPI, IPVA E ROYALTIES AS PREFEITURAS MUNICIPAIS CONSOLIDADO DE JANEIRO ATÉ DEZEMBRO/2013 (VALOR BRUTO – em R\$)

TABELA A1: DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO SEGUNDO A LRF (R\$ Mil)

RECEITAS PRIMÁRIAS	Janeiro/2013	Fevereiro/2013	Março/2013	Abril/2013	Maió/2013	Junho/2013	Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	959.464	1.047.053	813.616	957.076	1.159.585	951.503	902.945	1.139.730	932.436	1.077.298	1.190.055	1.095.134
RECEITA TRIBUTÁRIA	593.896	442.449	441.196	530.960	516.132	530.953	496.638	510.686	531.210	573.296	531.869	549.020
ICMS	529.117	373.922	358.766	409.893	399.686	441.157	399.038	408.674	434.897	472.769	439.340	437.702
ICMS (Valor Bruto)	844.986	665.149	612.826	690.497	701.001	714.643	667.421	696.292	733.910	799.164	739.700	739.600
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	102.370	122.744	98.810	105.513	123.779	92.326	102.049	108.142	112.469	122.673	112.966	113.592
(-) Transferências aos Municípios	213.499	168.483	155.250	175.102	177.537	181.160	169.334	179.477	186.545	203.722	187.395	188.305
IPVA	4.188	3.788	12.443	42.332	41.483	14.681	7.294	4.060	2.976	2.296	1.661	1.283
IPVA (Valor Bruto)	12.431	10.749	32.303	107.896	106.952	40.779	23.369	14.712	10.825	9.616	6.813	5.492
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	1.374	1.160	3.310	10.927	10.912	4.350	2.679	1.775	1.183	1.345	859	701
(-) Transferências aos Municípios	6.869	5.800	16.550	54.636	54.558	21.748	13.396	8.877	6.666	5.974	4.293	3.507
ITCD	1.358	1.598	2.103	3.102	1.750	1.853	2.246	3.262	2.689	3.206	3.080	2.638
ITCD (Valor Bruto)	1.706	2.006	2.617	3.919	2.200	2.326	2.824	4.098	3.430	4.078	3.915	3.335
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	348	408	514	817	450	473	578	742	837	872	835	698
IRRF	25.773	34.228	35.614	37.441	36.753	38.959	40.552	42.037	39.846	43.414	43.194	69.394
Outras Receitas Tributárias	33.459	28.912	32.269	38.203	36.461	34.303	50.508	52.653	50.803	51.611	44.594	38.003
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	116.760	131.117	149.860	149.589	153.807	157.496	156.203	153.404	158.967	207.360	123.982	237.109
Receita Previdenciária	116.760	131.117	149.860	149.589	153.807	157.496	156.203	153.404	158.967	207.360	123.982	237.109
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-	(0)	(0)	0	0	0	-	(0)	(0)	0
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	3.556	3.572	3.382	3.382	3.424	3.372	3.373	3.428	3.374	3.409	3.417	3.370
Receita Patrimonial	27.035	21.478	16.915	29.974	15.677	22.897	30.903	25.211	32.980	35.799	30.963	27.254
(-) Aplicações Financeiras	23.479	17.906	13.532	26.591	12.253	19.524	27.531	21.783	29.606	32.390	27.546	23.883
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	221.227	445.987	196.431	246.302	460.170	232.475	201.034	419.440	206.976	258.453	503.972	273.694
FPE	69.607	93.649	53.935	57.871	83.152	69.373	49.403	64.593	53.459	53.460	74.362	76.699
FPE (Valor Bruto)	87.009	117.061	67.418	72.338	103.940	86.717	61.753	80.741	66.824	66.825	92.952	95.874
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	17.402	23.412	13.484	14.468	20.788	17.343	12.351	16.148	13.365	13.365	18.590	19.175
IPI	14.649	11.248	9.930	9.105	12.243	12.752	12.212	13.440	12.226	13.418	14.497	15.494
IPI (Valor Bruto)	24.415	18.747	16.549	15.175	20.406	21.253	20.586	22.400	20.376	22.131	24.162	25.824
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	3.662	2.812	2.482	2.276	3.061	3.188	3.140	3.360	3.056	3.267	3.624	3.874
(-) Transferências aos Municípios	6.104	4.687	4.137	3.794	5.101	5.313	5.234	5.600	5.094	5.446	6.040	6.456
LEI 87/96	-	-	-	16.627	4.157	4.157	4.157	4.157	4.157	4.157	4.157	4.157
LEI 87/96 (Valor Bruto)	-	-	-	20.784	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	-	-	-	4.157	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039
Convênios	1.901	2.309	1.884	12.559	3.357	5.206	652	3.271	1.779	804	4.871	4.695
Outras Transferências Correntes	135.070	338.782	130.683	150.140	357.260	140.988	134.710	333.979	135.355	186.614	406.086	172.649
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	24.025	23.925	22.744	26.837	26.048	27.207	29.541	46.250	31.909	34.780	26.815	31.941
Dívida Ativa	4.021	4.085	3.922	4.432	4.254	4.282	4.326	10.952	6.108	5.997	5.082	5.255
Diversas Receitas Correntes	20.005	19.839	18.822	22.406	21.794	22.925	25.215	35.298	25.802	28.783	21.734	26.686
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	7.072	23.498	36.114	178.802	3.002	10.895	46.154	301.494	68.885	221.366	16.740	101.401
Operações de Crédito (III)	7.071	717	35.401	167.295	2.943	10.722	14.727	294.172	59.885	210.650	10.423	96.696
Amortizações de Empréstimos (IV)	-	19.815	-	-	-	-	29.070	3.881	4.473	5.056	4.865	4.560
Alienação de Bens (V)	1	919	106	1	1	-	0	3	569	40	653	92
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	2.047	607	11.506	59	173	2.355	3.439	3.958	5.620	800	-
Convênios	-	1.954	607	11.183	59	173	2.355	28	1.958	2.146	800	-
Outras Transferências de Capital	-	93	-	324	-	-	3.410	2.000	3.475	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0	2.047	607	11.506	59	173	2.355	3.439	3.958	5.620	800	53
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	959.464	1.049.100	814.223	968.583	1.159.644	951.676	905.301	1.143.168	936.393	1.082.919	1.190.855	1.095.188
DESPESAS PRIMÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (VIII)	644.021	723.835	831.378	838.690	852.838	884.002	922.325	907.014	917.868	925.086	919.615	1.291.214
Pessoal e Encargos Sociais	569.560	562.608	582.513	582.953	584.325	611.080	645.127	620.502	622.658	639.590	621.337	837.910
Juros e Encargos da Dívida (IX)	11.534	11.983	20.367	10.896	13.704	21.693	11.201	15.365	22.655	10.488	16.180	26.887
Outras Despesas Correntes	62.927	149.245	228.497	244.840	254.809	251.230	265.997	271.148	272.555	275.008	282.099	426.417
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	62.927	149.245	228.497	244.840	254.809	251.230	265.997	271.148	272.555	275.008	282.099	426.417
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	632.487	711.853	811.011	827.794	839.134	862.310	911.124	891.649	895.213	914.598	903.436	1.264.327
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	143.701	153.264	120.306	337.116	282.018	148.488	184.297	200.725	173.727	204.632	188.470	379.271
Investimentos	1.052	18.004	49.249	63.159	74.060	76.059	112.511	113.192	102.823	130.367	117.749	226.208
Inversões Financeiras	114.215	111.780	44.229	248.195	183.002	47.498	41.811	65.216	46.066	50.981	45.666	132.121
Concessão de Empréstimos (XII)	114.215	111.780	43.877	37.484	41.621	46.629	41.277	42.216	46.066	50.721	45.562	55.628
Aquisição de Títulos de Capital já Integralizado (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	353	210.711	141.382	869	534	23.000	-	260	104	76.493
Amortização da Dívida (XIV)	28.434	23.481	26.828	25.762	24.955	24.931	29.974	22.317	24.838	22.684	25.055	20.942
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.052	18.004	49.601	273.870	215.442	76.928	113.045	136.192	102.823	131.227	117.853	302.701
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	633.539	729.857	860.612	1.101.664	1.054.576	939.238	1.024.169	1.027.841	998.036	1.045.825	1.021.289	1.567.028
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	325.925	319.243	(46.389)	(133.081)	(105.068)	(12.438)	(118.869)	(115.327)	(61.642)	37.094	169.566	(471.841)
RESULTADO PRIMÁRIO LDO	211.710	227.276	(90.269)	(170.572)	63.444	(34.191)	(147.233)	70.469	(103.235)	(8.571)	128.869	(522.909)

Fonte: GECOG/SEFAZ

INSCRITAS EM RESTOS
A PAGAR NÃO PROCESSADOS

TABELA A2: DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS (R\$ Mil)

RECEITAS	Janeiro/2013	Fevereiro/2013	Março/2013	Abril/2013	Maior/2013	Junho/2013	Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	886.943	975.553	735.674	1.036.051	1.043.899	848.462	827.022	1.328.499	893.339	1.161.778	1.125.550	1.021.336
RECEITAS CORRENTES	879.871	952.055	699.560	857.249	1.040.897	837.567	780.869	1.027.004	824.454	940.412	1.108.810	919.935
RECEITA TRIBUTÁRIA	593.896	442.449	441.196	530.960	516.132	530.953	496.638	510.686	531.210	573.296	531.869	549.020
Impostos	560.437	413.537	408.926	492.757	479.671	496.650	446.130	458.033	480.407	521.685	487.274	511.017
ICMS	529.117	373.922	358.766	409.883	399.686	441.157	396.038	408.674	434.897	472.769	439.340	437.702
ICMS (Valor Bruto)	844.986	665.149	612.826	690.497	701.001	714.643	667.421	696.292	733.910	799.164	739.700	739.600
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	102.370	122.744	98.810	105.513	123.779	92.326	102.049	108.142	112.469	122.673	112.966	113.592
(-) Transferências aos Municípios	213.499	168.483	155.250	175.102	177.537	181.160	169.334	179.577	186.545	203.722	187.355	188.305
IPVA	4.188	3.788	12.443	42.332	41.483	14.681	7.294	4.060	2.976	2.296	1.661	1.283
IPVA (Valor Bruto)	12.431	10.749	32.303	107.896	106.952	40.779	23.369	14.712	10.825	9.616	6.813	5.492
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	1.374	1.160	3.310	10.927	10.912	4.350	2.679	1.775	1.183	1.345	859	701
(-) Transferências aos Municípios	6.869	5.800	16.550	54.636	54.558	21.748	13.396	8.877	6.666	5.974	4.293	3.507
ITCD	1.358	1.598	2.103	3.102	1.750	1.853	2.246	3.262	2.689	3.206	3.080	2.638
ITCD (Valor Bruto)	1.706	2.006	2.617	3.919	2.200	2.326	2.824	4.098	3.430	4.078	3.915	3.335
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	348	408	514	817	450	473	578	837	742	872	835	698
Outros Impostos	25.773	34.228	35.614	37.441	36.753	38.959	40.552	42.037	39.846	43.414	43.194	69.394
Taxas	33.459	28.912	32.269	38.203	36.461	34.303	50.508	52.653	50.803	51.611	44.594	38.003
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	14.355	19.517	23.539	24.544	24.010	25.168	24.600	26.669	23.014	40.751	16.584	39.773
Contribuições Sociais	14.355	19.517	23.539	24.544	24.010	25.168	24.600	26.669	23.014	40.751	16.584	39.773
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	27.035	21.478	16.915	29.974	15.677	22.897	30.903	25.211	32.980	35.799	30.963	27.254
Receitas Imobiliárias	23	36	31	32	35	32	31	38	29	31	61	23
Receitas de Valores Mobiliários	26.990	21.422	16.865	29.920	15.622	22.847	30.852	25.153	32.928	35.716	30.881	27.209
Receita de Concessões e Permissões	21	20	19	22	20	19	21	21	21	51	21	22
Compensações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	0	-	-	-	2	-	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA	0	6	9	32	9	12	15	14	3	26	29	14
Receita da Produção Vegetal	0	4	9	32	8	11	13	14	3	23	29	14
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	2	-	-	1	1	2	-	2	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	272	388	878	1.183	741	688	681	753	816	649	628	763
Receita da Indústria de Transformação	272	388	878	1.183	741	688	681	753	816	649	628	763
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	2.489	2.447	2.400	2.842	3.107	3.078	3.095	4.329	3.351	3.059	2.926	2.679
Receita de Serviços	2.489	2.447	2.400	2.842	3.107	3.078	3.095	4.329	3.351	3.059	2.926	2.679
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	221.227	445.987	196.431	246.302	460.170	232.475	201.034	419.440	206.976	258.453	503.972	273.694
Transferências Intergovernamentais	219.326	443.679	194.548	233.743	456.812	227.269	200.482	416.169	204.426	258.016	499.118	268.999
FPE	69.607	93.649	53.935	57.871	83.152	69.373	49.403	64.593	53.459	53.460	74.362	76.699
FPE (Valor Bruto)	87.009	117.061	67.418	72.338	103.940	86.717	61.753	80.741	66.825	66.825	92.952	95.874
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	17.402	23.412	13.484	14.468	20.788	17.343	12.351	16.148	13.365	13.365	18.590	19.175
IPI	14.649	11.248	9.930	9.105	12.243	12.752	13.440	12.212	13.440	12.212	14.497	15.494
IPI (Valor Bruto)	24.415	18.747	16.549	15.175	20.406	21.253	20.586	22.400	20.376	22.131	24.162	25.824
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	3.662	2.812	2.482	2.276	3.061	3.188	3.140	3.360	3.056	3.267	3.624	19.175
(-) Transferências aos Municípios	6.104	4.687	4.137	3.794	5.101	5.313	5.234	5.600	5.094	5.446	6.040	15.494
LEI 87/96	-	-	-	16.627	4.157	4.157	4.157	4.157	4.157	4.157	4.157	4.157
LEI 87/96 (Valor Bruto)	-	-	-	20.784	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	-	-	-	4.157	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039
(-) Transferências aos Municípios - CIDE	9	-	-	293	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências aos Municípios - ROYALTIES	9.992	10.471	10.724	9.865	9.590	8.642	9.793	10.001	10.266	10.809	10.927	10.610
Outras Transferências Correntes	145.071	349.253	141.408	160.298	366.850	149.630	144.503	343.980	144.850	197.790	417.029	183.259
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	771	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	1.901	2.309	1.884	12.559	3.357	5.206	552	3.271	1.779	438	4.854	4.695
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.598	19.781	18.192	21.412	21.051	22.297	23.902	39.902	26.105	28.379	21.839	26.738
Multas e Juros de Mora	11.189	9.881	9.173	11.602	11.383	12.797	14.649	22.089	14.693	17.010	11.610	13.349
Indenizações e Restituições	1.982	2.298	1.993	2.273	2.556	2.251	1.308	2.975	2.177	2.177	1.932	2.958
Receita da Dívida Ativa	4.021	4.083	3.922	4.432	4.252	4.282	4.324	10.951	6.108	5.994	5.082	5.255
Receitas Correntes Diversas	3.406	3.519	3.104	3.107	2.860	2.967	3.622	3.886	2.928	3.198	3.216	5.176
RECEITAS DE CAPITAL	7.072	23.498	36.114	178.802	3.002	10.895	46.154	301.494	68.885	221.366	16.740	101.401
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.071	717	35.401	167.295	2.943	10.722	14.727	294.172	59.885	210.650	10.423	96.696
Operações de Crédito Internas	256	717	30.457	167.295	-	-	-	279.465	49.827	201.330	-	83.109
Operações de Crédito Externas	6.815	-	4.944	-	2.943	10.722	14.727	14.708	10.058	9.320	10.423	13.587
ALIENAÇÃO DE BENS	1	919	106	1	1	-	0	3	569	40	653	92
Alienação de Bens Móveis	-	919	106	-	-	-	-	-	568	39	652	45
Alienação de Bens Imóveis	1	-	0	1	1	-	0	3	1	1	1	47
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	2.047	607	11.506	59	173	2.355	3.439	3.958	5.620	800	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	324	-	-	-	3.410	2.000	3.475	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	93	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	1.954	607	11.183	59	173	2.355	28	1.958	2.146	800	-

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESPÍRITO SANTO
SUBSECRETARIA DO TESOURO ESTADUAL

Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	19.815	-	-	-	-	29.070	3.881	4.473	5.046	4.865	4.613	-	4.613
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	19.815	-	-	-	-	29.070	3.881	4.473	5.046	4.865	4.613	-	4.613
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	103.072	112.901	127.586	126.413	130.938	133.460	133.450	127.987	137.587	169.276	108.791	199.083	-	199.083
RECEITAS CORRENTES	103.072	112.901	127.586	126.413	130.938	133.460	133.450	127.987	137.587	169.276	108.791	199.083	-	199.083
RECEITA TRIBUTÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IPVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	102.405	111.600	126.321	125.045	129.797	132.328	131.603	126.735	135.953	166.609	107.398	197.336	-	197.336
Contribuições Sociais	102.405	111.600	126.321	125.045	129.797	132.328	131.603	126.735	135.953	166.609	107.398	197.336	-	197.336
RECEITA DE INDUSTRIAL	437	605	535	699	940	785	781	757	937	903	723	1.378	-	1.378
Receita da Indústria de Transformação	437	605	535	699	940	785	781	757	937	903	723	1.378	-	1.378
RECEITA DE SERVIÇOS	219	697	725	649	201	347	1.067	495	698	1.764	670	369	-	369
Serviços Comerciais	219	697	725	649	201	347	1.067	495	698	1.764	670	369	-	369
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	11	0	5	19	-	0	-	-	-	-	-	0	-	0
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	990.015	1.088.454	863.260	1.162.463	1.174.837	981.922	960.472	1.456.486	1.030.927	1.331.054	1.234.341	1.220.419	-	1.220.419
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	990.015	1.088.454	863.260	1.162.463	1.174.837	981.922	960.472	1.456.486	1.030.927	1.331.054	1.234.341	1.220.419	-	1.220.419
DÉFICIT (VI)	-	-	88.424	13.343	-	50.568	146.150	-	60.668	-	-	450.066	-	450.066
TOTAL (VII) = (V+VI)	990.015	1.088.454	951.683	1.175.806	1.174.837	1.032.490	1.106.622	1.456.486	1.091.595	1.331.054	1.234.341	1.670.486	-	1.670.486
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operação de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: GECOG/SEFAZ

TABELA A3: DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – DESPESAS (R\$ mil)

DESPESAS	Janeiro/13	Fevereiro/13	Março/13	Abril/13	Mai/13	Junho/13	Julho/13	Agosto/13	Setembro/13	Outubro/13	Novembro/13	Dezembro/13	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DEZ 2013
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	644.404	732.518	807.183	1.026.561	986.107	880.253	951.863	955.317	938.343	973.834	962.697	1.478.792	544.637
DESPESAS CORRENTES	519.919	599.379	706.510	711.488	722.303	750.436	787.192	772.934	781.091	787.329	791.357	1.116.040	213.883
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	445.760	439.355	458.885	457.053	454.856	478.615	511.906	487.585	487.669	504.417	495.005	665.366	3.109
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.534	11.983	20.367	10.896	13.704	21.693	11.201	15.365	22.655	10.488	16.180	26.887	263
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	62.625	148.042	227.259	243.539	253.743	250.128	264.085	269.984	270.767	272.424	280.172	423.787	210.512
Transferências a Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	62.625	148.042	227.259	243.539	253.743	250.128	264.085	269.984	270.767	272.424	280.172	423.787	210.512
DESPESAS DE CAPITAL	124.484	133.139	100.673	315.073	263.804	129.817	164.671	182.383	157.251	186.505	171.341	362.751	330.754
INVESTIMENTOS	1.052	18.004	49.249	63.159	74.060	76.059	112.511	113.192	102.823	130.967	117.749	226.208	329.905
INVERSÕES FINANCEIRAS	114.215	111.780	44.229	248.195	183.002	47.498	41.811	65.216	46.066	50.981	45.666	132.121	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9.217	3.356	7.195	3.718	6.741	6.261	10.348	3.975	8.363	4.558	7.926	4.423	849
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	124.102	124.457	124.867	127.202	130.535	133.567	135.133	134.080	136.777	137.757	128.258	175.174	3.126
DESPESAS CORRENTES	124.102	124.457	124.867	127.202	130.535	133.567	135.133	134.080	136.777	137.757	128.258	175.174	3.126
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	123.800	123.253	123.629	125.900	129.469	132.465	133.221	132.916	134.988	135.173	126.332	172.543	1.061
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	302	1.203	1.238	1.302	1.066	1.102	1.913	1.163	1.788	2.584	1.927	2.631	2.065
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	768.505	856.975	932.051	1.153.762	1.116.642	1.013.820	1.086.997	1.089.397	1.075.119	1.111.592	1.090.956	1.653.966	547.764
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	19.216	20.125	19.633	22.044	18.214	18.671	19.625	18.342	16.476	18.126	17.129	16.520	-
Amortização da Dívida Interna	19.216	20.125	19.633	22.044	18.214	18.671	19.625	18.342	16.476	18.126	17.129	16.520	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	19.216	20.125	19.633	22.044	18.214	18.671	19.625	18.342	16.476	18.126	17.129	16.520	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	787.722	877.099	951.683	1.175.806	1.134.856	1.032.490	1.106.622	1.107.739	1.091.595	1.129.718	1.108.085	1.670.486	547.764
SUPERÁVIT (XIII)	202.293	211.355	-	-	39.981	-	-	348.747	-	201.336	126.256	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	990.015	1.088.454	951.683	1.175.806	1.174.837	1.032.490	1.106.622	1.456.486	1.091.595	1.331.054	1.234.341	1.670.486	547.764

Fonte: GECOG/SEFAZ

TABELA A4: DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$ Mil)

	2013												TOTAL (Últimos 12 meses)	Previsão atualizada
	Janeiro	Fevereiro	Marco	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.241.500	1.292.031	1.004.821	1.239.097	1.447.712	1.173.150	1.100.461	1.362.260	1.164.879	1.308.924	1.455.379	1.267.892	15.058.105	14.628.728
Receitas Tributárias	917.700	740.511	715.059	877.086	882.639	830.452	784.094	809.195	838.240	907.298	837.635	855.350	9.995.258	9.258.234
ICMS	844.986	665.149	612.826	690.497	701.001	714.643	667.421	696.292	733.910	799.164	739.700	739.600	8.605.189	8.004.904
IPVA	12.431	10.749	32.303	107.896	106.952	40.779	23.369	14.712	10.825	9.616	6.813	5.492	381.938	411.509
ITCD	1.706	2.006	2.617	3.919	2.200	2.326	2.824	4.098	3.430	4.078	3.915	3.335	36.454	30.877
IRRF	25.773	34.228	35.614	37.441	36.753	38.959	40.552	42.037	39.846	43.414	43.194	69.394	487.205	424.623
Outras Receitas Tributárias	32.804	28.379	31.700	37.333	35.732	33.744	49.928	52.055	50.229	51.026	44.013	37.529	484.471	386.320
Receita de Contribuições	14.355	19.517	23.539	24.544	24.010	25.168	24.600	26.669	23.014	40.751	16.584	39.773	302.524	273.738
Receita Patrimonial	27.032	21.475	16.912	29.969	15.672	22.892	30.899	25.207	32.976	35.795	30.960	27.252	317.042	319.137
Receita Agropecuária	0	6	9	32	9	12	15	14	3	26	29	14	169	289
Receita Industrial	272	388	878	1.183	741	688	681	753	816	649	628	763	8.441	9.700
Receita de Serviços	2.489	2.447	2.400	2.842	3.107	3.078	3.095	4.329	3.351	3.059	2.926	2.679	35.801	96.959
Transferências Correntes	258.396	487.369	227.259	281.154	499.749	268.001	232.590	455.588	239.796	292.379	544.194	314.848	4.101.323	4.328.964
Cota-Parte do FPE	87.009	117.061	67.418	72.338	103.940	86.717	61.753	80.741	66.824	66.825	92.952	95.874	999.453	1.074.136
Transferências da L.C. 87/1996	0	0	0	20.784	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	62.351	62.351
Transferências da L.C. 61/1989	24.415	18.747	16.549	15.175	20.406	21.253	20.586	22.400	20.376	22.131	24.162	25.824	252.024	274.382
Transferências do FUNDEB	70.843	78.601	59.401	75.566	77.810	68.114	66.163	65.397	57.074	79.298	77.213	80.457	855.938	867.437
Outras Transferências Correntes	76.129	272.960	83.891	97.291	292.397	86.721	78.893	281.853	90.326	118.929	344.671	107.497	1.931.557	2.050.658
Outras Receitas Correntes	20.597	19.780	18.191	21.411	21.050	22.297	23.901	39.902	26.104	28.347	21.838	26.736	290.155	333.874
Receitas das Empresas Estatais Dependentes	659	537	574	876	734	563	586	603	579	620	585	478	7.393	7.834
DEDUÇÕES (II)	376.346	359.883	329.192	406.783	431.271	361.124	344.586	362.317	363.838	409.640	363.503	388.509	4.496.992	4.058.873
Transferências Constitucionais e Legais	236.473	189.440	186.661	243.690	246.787	216.864	197.757	203.954	208.571	225.951	208.656	208.879	2.573.681	2.329.704
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	14.355	19.517	23.539	24.544	24.010	25.168	24.600	26.669	23.014	40.751	16.584	39.773	302.524	273.724
Servidor	14.302	19.441	23.490	24.476	23.937	25.109	24.501	24.481	24.860	40.666	14.459	41.060	300.781	272.622
Patronal	53	76	49	68	73	59	99	2.188	-1.846	86	2.125	-1.287	1.743	1.102
Contrib. p/ Custeio Pensões Militares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Compensação Financ. entre Regimes Previd.	362	390	391	391	447	373	393	393	399	377	349	778	5.044	6.410
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	125.156	150.536	118.600	138.158	160.028	118.720	121.836	131.301	131.854	142.562	137.914	139.079	1.615.743	1.449.035
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	865.154	932.148	675.629	832.313	1.016.440	812.026	755.876	999.942	801.041	899.284	1.091.877	879.384	10.561.113	10.569.854

Fonte: GECOG/SEFAZ

TABELA A5: DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DO LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL SEGUNDO A LRF (R\$ Mil)

DESPESA COM PESSOAL	JAN/13	FEV/13	MAR/13	ABR/13	MAI/13	JUN/13	JUL/13	AGO/13	SET/13	OUT/13	NOV/13	DEZ/13	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO S
													(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	451.727	494.846	511.622	511.223	514.911	540.368	562.557	548.050	541.445	559.603	551.056	745.590	6.533.000	4.238
Pessoal Ativo	306.752	332.169	343.711	350.320	348.523	364.777	389.516	374.529	365.649	386.142	364.471	518.894	4.445.453	3.817
Pessoal Inativo e Pensionistas	144.855	148.148	149.784	145.467	149.982	158.875	154.981	155.935	159.160	158.907	163.680	192.936	1.882.709	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	121	14.529	18.128	15.436	16.405	16.717	18.060	17.586	16.635	14.555	22.905	33.760	204.838	421
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	159.779	163.417	164.446	159.728	164.032	171.332	169.430	168.634	170.014	183.595	177.112	206.162	2.057.680	4
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	820	454	410	624	827	158	880	322	580	351	265	673	6.364	0
Decorrentes de Decisão Judicial	18.312	18.199	18.295	18.623	18.161	18.437	18.304	18.027	15.738	20.666	18.347	18.716	219.824	-
Despesas de Exercícios Anteriores	498	1.000	457	213	94	137	849	-	76	9.199	561	264	13.076	4
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	140.149	143.765	145.285	140.267	144.950	152.600	149.397	150.557	153.619	153.378	157.939	186.510	1.818.416	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	291.948	331.429	347.176	351.496	350.879	369.036	393.128	379.416	371.431	376.008	373.944	539.428	4.475.320	4.234
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)	291.948	331.429	347.176	351.496	350.879	369.036	393.128	379.416	371.431	376.008	373.944	539.428	4.479.553	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	865.154	932.148	675.629	832.313	1.016.440	812.026	755.876	999.942	801.041	899.284	1.091.877	879.384	10.561.113	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	33,75%	35,56%	51,39%	42,23%	34,52%	45,45%	52,01%	37,94%	46,37%	41,81%	34,25%	61,34%		42,42%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	423.925	456.752	331.058	407.834	498.056	397.893	370.379	489.972	392.510	440.649	535.020	430.898	5.174.945	-
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	402.729	433.915	314.505	387.442	473.153	377.998	351.860	465.473	372.884	418.617	508.269	409.353	4.916.198	-

Fonte: GECOG/SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESPÍRITO SANTO
SUBSECRETARIA DO TESOURO ESTADUAL



TABELA A6: DISTRIBUIÇÃO DE ICMS, IPI, IPVA E ROYALTIES AS PREFEITURAS MUNICIPAIS NO MÊS DE DEZEMBRO/2013 (VALOR BRUTO em R\$ Mil)

MUNICÍPIOS	ÍNDICE 2013 (*)	ICMS(**)-25%	ICMS- Lei 2508 (***) - 25%	ICMS TOTAL	IPI-25%	IPVA(***) -50%	ÍNDICE DO FUNDO 2013	FUNDO PARA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS LEI Nº 8.308, DECRETO Nº1782-R DE 12/06/2006 (30%)
AFONSO CLAUDIO	0,738%	1.241	160	1.402	48	16	1,518%	161
AGUA DOCE DO NORTE	0,294%	495	64	558	19	4	1,251%	133
AGUIA BRANCA	0,354%	595	77	672	23	3	0,866%	92
ALEGRE	0,565%	950	123	1.073	36	19	1,867%	198
ALFREDO CHAVES	0,462%	777	100	878	30	14	1,012%	107
ALTO RIO NOVO	0,205%	345	45	389	13	3	1,105%	117
ANCHIETA	8,257%	13.889	1.795	15.683	533	26	-	-
APIACA	0,182%	306	40	346	12	9	1,256%	133
ARACRUZ	4,044%	6.802	879	7.681	261	81	-	-
ATILIO VIVACQUA	0,340%	572	74	646	22	6	0,952%	101
BAIXO GUANDU	0,604%	1.016	131	1.147	39	26	1,689%	179
BARRA DE SAO FRANCISCO	0,837%	1.408	182	1.590	54	26	1,829%	194
BOA ESPERANÇA	0,339%	570	74	644	22	5	1,352%	143
BOM JESUS DO NORTE	0,156%	262	34	296	10	33	1,843%	196
BREJETUBA	0,402%	676	87	764	26	5	0,974%	103
CACH. ITAPEMIRIM	3,232%	5.436	702	6.139	209	293	3,686%	391
CARIACICA	5,697%	9.583	1.238	10.821	368	252	5,411%	574
CASTELO	0,737%	1.240	160	1.400	48	44	1,722%	183
COLATINA	1,959%	3.295	426	3.721	126	86	2,819%	299
CONC. DA BARRA	0,768%	1.292	167	1.459	50	19	1,367%	145
CONC. CASTELO	0,429%	722	93	815	28	11	0,908%	96
DIVINO SÃO LOURENÇO	0,163%	274	35	310	11	3	0,831%	88
DOMINGOS MARTINS	1,059%	1.781	230	2.011	68	26	1,196%	127
DORES DO RIO PRETO	0,204%	343	44	387	13	9	0,968%	103
ECOPORANGA	0,799%	1.344	174	1.518	52	8	1,065%	113
FUNDÃO	0,218%	367	47	414	14	16	2,495%	265
GOVERNADOR LINDENBERG	0,385%	648	84	731	25	2	0,940%	100
GUACUI	0,377%	634	82	716	24	37	2,431%	258
GUARAPARI	0,827%	1.391	180	1.571	53	198	4,843%	514
IBATIBA	0,363%	611	79	689	23	21	2,036%	216
IBIRACU	0,272%	458	59	517	18	14	1,309%	139
IBITIRAMA	0,260%	437	57	494	17	5	1,073%	114
ICONHA	0,354%	595	77	672	23	23	1,156%	123
IRUPI	0,364%	612	79	691	23	5	1,061%	113
ITAGUAÇU	0,371%	624	81	705	24	8	1,231%	131
ITAPEMIRIM	1,900%	3.196	413	3.609	123	44	-	-
ITARANA	0,309%	520	67	587	20	7	1,111%	118
IUNA	0,506%	851	110	961	33	18	1,839%	195
JAGUARE	0,772%	1.299	168	1.466	50	16	1,206%	128
JERONIMO MONTEIRO	0,227%	382	49	431	15	10	1,497%	159
JOÃO NEIVA	0,335%	563	73	636	22	10	1,520%	161
LARANJA DA TERRA	0,330%	555	72	627	21	6	1,049%	111
LINHARES	3,923%	6.599	853	7.451	253	160	-	-
MANTENOPOLIS	0,278%	468	60	528	18	9	1,565%	166
MARATAIZES	0,298%	501	65	566	19	68	-	-
MARECHAL FLORIANO	0,513%	863	111	974	33	12	0,963%	102
MARILANDIA	0,388%	653	84	737	25	5	0,949%	101
MIMOSO DO SUL	0,519%	873	113	986	34	26	1,692%	180
MONTANHA	0,557%	937	121	1.058	36	12	1,106%	117
MUCURICI	0,326%	548	71	619	21	6	0,553%	59
MUNIZ FREIRE	0,476%	801	103	904	31	10	1,282%	136
MUQUI	0,278%	468	60	528	18	10	1,642%	174
NOVA VENECIA	1,073%	1.805	233	2.038	69	52	1,719%	182
PANCAS	0,458%	770	100	870	30	12	1,581%	168
PEDRO CANARIO	0,366%	616	80	695	24	30	2,130%	226
PINHEIROS	0,667%	1.122	145	1.267	43	18	1,292%	137
PIUMA	0,392%	659	85	745	25	23	-	-
PONTO BELO	0,243%	409	53	462	16	1	0,907%	96
PRESIDENTE KENNEDY	0,302%	508	66	574	19	25	-	-
RIO BANANAL	0,625%	1.051	136	1.187	40	8	0,994%	105
RIO NOVO DO SUL	0,262%	441	57	498	17	9	1,354%	144
SANTA LEOPOLDINA	0,415%	698	90	788	27	8	0,967%	103
SANTA MARIA DE JETIBA	1,381%	2.323	300	2.623	89	36	1,086%	115
SANTA TERESA	0,622%	1.046	135	1.181	40	13	1,239%	131
SÃO DOMINGOS DO NORTE	0,352%	592	77	669	23	5	0,739%	78
SÃO GABRIEL DA PALHA	0,651%	1.095	141	1.236	42	18	1,772%	188
SÃO JOSE DO CALÇADO	0,273%	459	59	519	18	18	1,197%	127
SÃO MATEUS	1,732%	2.913	376	3.290	112	119	-	-
SÃO ROQUE DO CANAÃ	0,326%	548	71	619	21	4	1,119%	119
SERRA	11,621%	19.547	2.526	22.073	750	471	-	-
SOORETAMA	0,573%	964	125	1.088	37	13	1,487%	158
VARGEM ALTA	0,487%	819	106	925	31	18	1,339%	142
VENDA NOVA DO IMIGRANTE	0,702%	1.181	153	1.333	45	34	1,077%	114
VIANA	1,263%	2.124	274	2.399	82	57	2,201%	234
VILA PAVÃO	0,311%	523	68	591	20	4	0,892%	95
VILA VALERIO	0,542%	912	118	1.029	35	9	0,872%	93
VILA VELHA	5,851%	9.842	1.272	11.113	378	460	-	-
VITORIA	19,958%	33.570	4.338	37.908	1.288	584	-	-
TOTAL	100%	168.204	21.734	189.937	6.456	3.840	100%	10.610

Valor Bruto refere-se ao valor repassado no mês, pelo Estado do Espírito Santo aos Municípios.

(*): Índice aplicado para cálculos de ICMS e IPI no exercício de 2013.

(**): No montante do ICMS NORMAL demonstrado acima, não estão incluídos os valores de R\$ 319.647,66 e R\$ 775.444,35 relativos às parcelas do FUNDEB - mapa de arrecadação dos dias 26/12/13 a 27/12/13 por terem sido pagos em janeiro de 2014.

(***): No montante do ICMS-Lei 2508 demonstrado acima, não estão incluídos os valores de R\$ 26.539,62 e 259,94 relativos às parcelas do FUNDEB - mapa de arrecadação dos dias 26/12/13 a 27/12/13 por terem sido pagos em janeiro de 2014.

(****): No montante do IPVA demonstrado acima, não estão incluídos os valores de R\$ 28.542,45 e R\$ 42.796,78 relativos às parcelas do FUNDEB - mapa de arrecadação dos dias 26/12/13 a 27/12/13 por terem sido pagos em janeiro de 2014.

Fonte: GECOG/SEFAZ

TABELA A7: DISTRIBUIÇÃO DE ICMS, IPI, IPVA E ROYALTIES AS PREF. MUN. CONSOLIDADO DE JANEIRO ATÉ DEZEMBRO DE 2013 (em R\$ Mil)

MUNICÍPIOS	ÍNDICE 2013 (*)	ICMS(**)-25%	ICMS-Lei 2508 (***)-25%	ICMS TOTAL	IPI-25%	IPVA(***)-50%	ÍNDICE DO FUNDO 2013	FUNDO PARA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS LEI Nº 8.308, DECRETO Nº 1762-R DE 12/06/2006 (30%)	ÍNDICE 2012	RESTOS A PAGAR ICMS DEZEMBRO/2012	RESTOS A PAGAR IPVA DEZEMBRO/2012
AFONSO CLAUDIO	0,738%	14.489	1.642	16.131	465	947	1,518%	1.847	0,703%	56	2
AGUA DOCE DO NORTE	0,294%	5.773	654	6.427	185	306	1,251%	1.522	0,288%	23	0
AGUIA BRANCA	0,354%	6.951	788	7.739	223	294	0,866%	1.054	0,351%	28	0
ALEGRE	0,565%	11.095	1.257	12.352	356	1.034	1,867%	2.272	0,563%	45	3
ALFREDO CHAVES	0,462%	9.073	1.028	10.101	291	1.261	1,012%	1.231	0,472%	38	4
ALTO RIO NOVO	0,205%	4.028	456	4.484	129	186	1,105%	1.345	0,229%	18	0
ANCHIETA	8,257%	161.990	18.371	180.361	5.202	1.131	-	-	6,320%	505	2
APIACA	0,182%	3.574	405	3.979	115	478	1,256%	1.528	0,183%	15	2
ARACRUZ	4,044%	79.415	8.998	88.413	2.548	4.495	-	-	4,074%	326	8
ATILIO VIVACQUA	0,340%	6.679	757	7.435	214	336	0,952%	1.158	0,366%	29	1
BAIXO GUANDU	0,604%	11.864	1.344	13.208	381	1.346	1,689%	2.055	0,647%	52	2
BARRA DE SAO FRANCISCO	0,837%	16.436	1.862	18.299	527	1.853	1,829%	2.226	0,838%	67	4
BOA ESPERANÇA	0,339%	6.658	754	7.412	214	419	1,352%	1.645	0,346%	28	1
BOM JESUS DO NORTE	0,156%	3.064	347	3.411	98	1.353	1,843%	2.243	0,166%	13	7
BREJETUBA	0,402%	7.893	894	8.787	253	311	0,974%	1.185	0,385%	31	2
CACH. ITAPEMIRIM	3,232%	63.482	7.191	70.674	2.036	11.579	3,686%	4.485	3,421%	274	43
CARIACICA	5,697%	111.812	12.675	124.487	3.589	14.627	5,411%	6.585	4,930%	394	31
CASTELO	0,737%	14.475	1.640	16.114	464	2.155	1,722%	2.095	0,761%	61	5
COLATINA	1,959%	38.480	4.359	42.839	1.234	6.235	2,819%	3.430	2,092%	167	10
CONC. DA BARRA	0,768%	15.096	1.709	16.805	484	644	1,367%	1.663	0,949%	76	1
CONC. CASTELO	0,429%	8.426	955	9.380	270	430	0,908%	1.105	0,446%	36	2
DIVINO SÃO LOURENÇO	0,163%	3.201	363	3.563	103	92	0,831%	1.011	0,162%	13	0
DOMINGOS MARTINS	1,059%	20.796	2.356	23.152	667	1.566	1,196%	1.455	1,062%	85	2
DORES DO RIO PRETO	0,204%	4.007	454	4.461	129	287	0,968%	1.178	0,217%	17	0
ECOPORANGA	0,799%	15.692	1.778	17.470	503	580	1,065%	1.296	0,823%	66	2
FUNDÃO	0,218%	4.281	485	4.766	137	755	2,495%	3.036	0,222%	18	2
GOVERNADOR LINDENBERG	0,385%	7.559	857	8.415	243	496	0,940%	1.144	0,366%	29	0
GUAÇUI	0,377%	7.405	839	8.244	238	1.474	2,431%	2.958	0,398%	32	5
GUARAPARI	0,827%	16.244	1.840	18.084	521	9.483	4,843%	5.893	0,880%	70	25
IBATIBA	0,363%	7.129	808	7.937	229	959	2,036%	2.478	0,371%	30	2
IBIRAJU	0,272%	5.344	605	5.949	171	689	1,309%	1.593	0,305%	24	1
IBITIRAMA	0,260%	5.106	578	5.685	164	190	1,073%	1.306	0,265%	21	1
ICONHA	0,354%	6.952	788	7.739	223	2.002	1,156%	1.407	0,354%	28	4
IRUPI	0,364%	7.147	810	7.957	229	357	1,061%	1.291	0,356%	28	1
ITAGUAÇU	0,371%	7.287	825	8.113	234	457	1,231%	1.498	0,393%	31	1
ITAPEMIRIM	1,900%	37.288	4.227	41.515	1.197	1.023	-	-	1,616%	129	4
ITARANA	0,309%	6.068	688	6.756	195	434	1,111%	1.352	0,312%	25	1
IUNA	0,506%	9.938	1.126	11.064	319	962	1,839%	2.238	0,531%	42	3
JAGUARE	0,772%	15.165	1.718	16.883	486	971	1,206%	1.468	0,840%	67	2
JERONIMO MONTEIRO	0,227%	4.458	505	4.963	143	279	1,497%	1.822	0,234%	19	1
JOÃO NEIVA	0,335%	6.577	745	7.322	211	806	1,520%	1.850	0,318%	25	1
LARANJA DA TERRA	0,330%	6.481	734	7.215	208	336	1,049%	1.277	0,334%	27	1
LINHARES	3,923%	77.010	8.728	85.738	2.472	8.269	-	-	3,588%	287	26
MANTENOPOLIS	0,278%	5.459	619	6.077	175	424	1,565%	1.904	0,273%	22	1
MARATAIZES	0,298%	5.852	663	6.515	188	1.775	-	-	0,303%	24	7
MARECHAL FLORIANO	0,513%	10.078	1.141	11.219	323	904	0,963%	1.172	0,563%	45	2
MARILANDIA	0,388%	7.617	863	8.480	244	606	0,949%	1.155	0,356%	28	0
MIMOSO DO SUL	0,519%	10.193	1.155	11.348	327	1.000	1,692%	2.059	0,534%	43	3
MONTANHA	0,557%	10.943	1.239	12.182	351	605	1,106%	1.346	0,617%	49	1
MUCURICI	0,326%	6.403	725	7.129	205	166	0,553%	673	0,345%	28	0
MUNIZ FREIRE	0,476%	9.346	1.059	10.405	300	415	1,282%	1.560	0,457%	37	1
MUQUI	0,278%	5.460	619	6.078	175	369	1,642%	1.998	0,284%	23	2
NOVA VENECIA	1,073%	21.068	2.387	23.456	676	2.104	1,719%	2.092	1,044%	83	9
PANCAS	0,458%	8.993	1.019	10.012	289	527	1,581%	1.924	0,442%	35	1
PEDRO CANARIO	0,366%	7.185	814	7.999	231	730	2,130%	2.592	0,338%	27	4
PINHEIROS	0,667%	13.100	1.484	14.584	420	717	1,292%	1.572	0,693%	55	3
PIUMA	0,392%	7.693	872	8.565	247	1.012	-	-	0,330%	26	4
PONTO BELO	0,243%	4.774	541	5.315	153	163	0,907%	1.104	0,274%	22	0
PRESIDENTE KENNEDY	0,302%	5.932	672	6.604	190	571	-	-	0,328%	26	3
RIO BANANAL	0,625%	12.276	1.391	13.666	394	900	0,994%	1.210	0,658%	53	2
RIO NOVO DO SUL	0,262%	5.141	583	5.724	165	468	1,354%	1.648	0,218%	17	1
SANTA LEOPOLDINA	0,415%	8.149	923	9.072	261	346	0,967%	1.177	0,404%	32	0
SANTA MARIA DE JETIBA	1,381%	27.120	3.073	30.192	870	2.009	1,086%	1.322	1,390%	111	4
SANTA TERESA	0,622%	12.213	1.384	13.597	392	1.184	1,239%	1.508	0,605%	48	2
SÃO DOMINGOS DO NORTE	0,352%	6.914	783	7.697	222	353	0,739%	899	0,371%	30	0
SÃO GABRIEL DA PALHA	0,651%	12.784	1.448	14.233	410	1.370	1,772%	2.156	0,658%	53	2
SÃO JOSE DO CALÇADO	0,273%	5.361	607	5.969	172	423	1,197%	1.457	0,279%	22	1
SÃO MATEUS	1,732%	34.021	3.854	37.875	1.091	5.026	-	-	1,853%	148	21
SÃO ROQUE DO CANAÃ	0,326%	6.402	725	7.127	205	441	1,119%	1.362	0,330%	26	0
SERRA	11,621%	228.266	25.857	254.123	7.322	21.901	-	-	12,407%	992	58
SOORETAMA	0,573%	11.251	1.275	12.526	361	671	1,487%	1.810	0,563%	45	3
VARGEM ALTA	0,487%	9.563	1.084	10.646	307	823	1,339%	1.629	0,480%	38	3
VENDA NOVA DO IMIGRANTE	0,702%	13.791	1.562	15.353	442	1.737	1,077%	1.311	0,773%	62	4
VIANA	1,263%	24.789	2.810	27.599	796	3.875	2,201%	2.678	1,098%	88	6
VILA PAVÃO	0,311%	6.108	692	6.800	196	280	0,892%	1.085	0,324%	26	1
VILA VALERIO	0,542%	10.646	1.206	11.852	341	640	0,872%	1.061	0,574%	46	1
VILA VELHA	5,851%	114.971	13.019	127.990	3.686	28.403	-	-	6,784%	543	61
VITORIA	19,958%	391.968	44.407	436.374	12.575	36.223	-	-	20,573%	1.645	84
TOTAL	100%	1.963.718	222.498	2.186.216	63.006	203.047	100%	121.690	100%	7.997	512

Valor Bruto refere-se ao valor repassado no mês, pelo Estado do Espírito Santo aos Municípios.

(*) Índice aplicado para cálculos de ICMS e IPI no exercício de 2013.

Fonte: GECOG/SEFAZ